



Câmara Municipal de Fortaleza
GABINETE VEREADOR MÁRCIO CRUZ

EMENDA MODIFICATIVA Nº ____/2014 AO PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº 37/2014 0008/2014

"Modifica o Inciso V do Artigo 51, e acrescenta os Incisos XVII, XVIII e XIX ao Artigo 51 do Projeto de Lei Complementar nº 37/2014 à Mensagem nº 0048/2014, na forma que indica."

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Art. 1º - Fica modificado o Inciso V do Artigo 51 ao Projeto de Lei Complementar nº 37/2014 à Mensagem nº 0048/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 51 – (...)

V - realizar a vigilância e a preservação do meio ambiente, do patrimônio histórico, cultural, arquitetônico, ecológico e paisagístico, incluindo os logradouros, praças e jardins, inclusive adotando medidas educativas e preventivas; (NR)

Art. 2º - Ficam acrescentados os Incisos XVII, XVIII e XIX ao Artigo 51 ao Projeto de Lei Complementar nº 37/2014 à Mensagem nº 0048/2014, que passa a vigorar com o seguinte acréscimo em sua redação:

Art. 51 – (...)

XVII – cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas

DEPTO. LEGISLATIVAS atividades;

RECEBIDO

12 DEZ. 2014

Câmara Municipal de Fortaleza

Rua Dr. Thompson Bulcão, 830 – Gabinete 09 – Luciano Cavalcante.

CEP. 60.810-460 – Fone (85) 3444.8300

Nº de fls.
Servidor



Câmara Municipal de Fortaleza
GABINETE VEREADOR MÁRCIO CRUZ

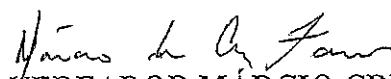
0008/2014

XVIII – contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;

XIX - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA, EM 12 DE dezembro DE 2014.


VEREADOR MÁRCIO CRUZ
LÍDER - PROS



Câmara Municipal de Fortaleza
GABINETE VEREADOR MÁRCIO CRUZ

JUSTIFICATIVA

0008/2014

Recentemente foi sancionado pela Presidenta da República a Lei Federal 13.022/2014, conhecida como Estatuto Geral das Guardas Municipais. A referida norma atende a uma antiga demanda daquela categoria e vem padronizar a atuação desses agentes municipais em todo território brasileiro. Municípios como Fortaleza, que já possuem Guardas Municipais, terão o prazo de 02 (dois) anos para se adequarem ao Estatuto.

As mudanças trazidas pela Lei está prevista, conforme o seu Art. 5º:

Art. 5º - São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais: I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município; II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais; IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social; V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas; VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal; VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas; VIII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades; IX - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria



Câmara Municipal de Fortaleza
GABINETE VEREADOR MÁRCIO CRUZ

0006/2014

das condições de segurança das comunidades; X - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas; XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município; XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal; XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas; XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário; XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte; XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal; XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignitários; e XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA, EM 12 de dezembro de 2014.

Marcio da Cruz
VEREADOR MÁRCIO CRUZ
LÍDER - PROS